



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (Ipol)

PLANO DE ENSINO

1º/2026

Disciplina: Tópicos Especiais em Ciência Política 4

Código: POL0088

Turma: **FEDERALISMO E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS** (Turma 4)

Horário: Sexta-feira – 8h às 11h50min

Local: PJC BT 100.

Professor: Danilo Bijos (danilo.bijos@yahoo.com.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7840566243523755>

❶ EMENTA

Estado unitário e Estado federativo. Centralização e Descentralização. Não-centralização e Descentralização. Descentralização política, fiscal e administrativa. Competição vertical e horizontal. Competição intergovernamental e desenvolvimento institucional. União, Estados, Distrito Federal e Municípios no Brasil. Desenho constitucional do federalismo brasileiro. Competências. Políticas públicas no contexto federativo. Relações intergovernamentais: políticas, fiscais e administrativas. *Accountability* e clareza de responsabilidade.

❷ OBJETIVOS

Uma parte significativa da teoria política e dos estudos desenvolvidos nos diferentes campos da ciência política partem da premissa de que o Estado é movido por apenas uma entidade governamental. Contudo, os Estados unitários não são o único tipo de arranjo possível nas democracias contemporâneas. Nessa perspectiva, o objetivo principal do curso é compreender o impacto da forma federativa de Estado sobre a relação entre níveis de governo, a dinâmica das políticas públicas, o equilíbrio e harmonia entre Poderes e órgãos constitucionais e, em última análise, para a qualidade e estabilidade do regime democrático. Complementarmente ao compromisso geral do curso, são objetivos específicos:

- ❶ Compreender as diferentes possibilidades de descentralização;
- ❷ Identificar os efeitos da descentralização do poder político na ordem social;
- ❸ Conhecer as características da estrutura federativa do Brasil;
- ❹ Perceber o papel do federalismo nas relações intergovernamentais; e
- ❺ Reconhecer o alcance do federalismo na provisão de bens e serviços públicos e na consolidação da democracia.

3 METODOLOGIA

O conteúdo da disciplina será desenvolvido prioritariamente por meio de aulas expositivas. Eventualmente, e buscando ilustrar os temas abordados, bem como para aprofundar tópicos específicos, poderão ser organizados debates, dinâmicas de grupo, leituras dirigidas e recursos audiovisuais, especialmente cinematográficos (filmes e documentários).

4 AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será mensurado a partir das notas obtidas em atividades individuais, trabalhos em grupo e provas. A participação nas aulas, além de ser estimulada, também será objeto de avaliação.

PROGRAMAÇÃO DE AVALIAÇÕES	
Avaliação	Pontos
Participação	2
Exercícios Presenciais	2
Seminário Temático	3
Prova Final	3

Os casos de fraude na realização das provas serão punidos com extremo rigor, implicando em nota igual a zero. Além disso, o professor comunicará o acontecimento à coordenação do curso para as devidas providências. O uso não identificado de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) será considerado fraude.

A nota final será calculada com a soma das notas das avaliações acima. Para o caso dos exercícios, cuja realização será preferencialmente durante as aulas, havendo mais de 3 aplicações, somente as três maiores notas serão consideradas na média parcial. A atividade relacionada ao seminário temático será organizada após a definição do número de alunos na disciplina.

Conforme o Regimento Geral da UnB, a nota final na disciplina será calculada no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, e as menções serão atribuídas de acordo com o seguinte quadro de equivalências:

Menções	Equivalências Numéricas
SS	9,0 a 10,0
MS	7,0 a 8,9
MM	5,0 a 6,9
MI	3,0 a 4,9
II	0,1 a 2,9
SR	Zero

É aprovado na disciplina o aluno com menção igual ou superior a MM.

A frequência mínima exigida nas aulas é de 75% do período letivo. As justificativas às faltas não devem ser confundidas com abono. A justificativa é um ato de educação em que o aluno informa ao professor sobre sua ausência e busca se orientar sobre as formas de recuperar o conteúdo perdido.

📖 BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação. **Lua Nova**, n. 33, p. 165-183, 1994.

_____. Reforma do Estado no Federalismo Brasileiro: A Situação das Administrações Públicas Estaduais. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005a.

_____. A Coordenação Federativa no Brasil: A Experiência do Período FHC e os Desafios do Governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 41-67, jun. 2005b. (DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100005>)

ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. A Redefinição do Papel do Estado no Âmbito Local. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 40-47, jul.-set. 1996.

AFFONSO, Rui. Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 3-10, jul.-set. 1996.

AGUIRRE, Basília Maria Baptista; MORAES, Marcos Ribeiro de. Questão Federativa no Brasil: Um “Estado das Artes” da Teoria. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 1 (65), p. 121-135, jan.-mar. 1997.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a Federação?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.

ANDERSON, George. **Federalismo**: Uma Introdução. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Democracia no Brasil: A Visão da Ciência Política Norte-americana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 23-31, 2001.

_____. Financiamento Federal e Gestão Local de Políticas Sociais: O Difícil Equilíbrio entre Regulação, Responsabilidade e Autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 331-345, 2003.

_____. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

_____. Federalismo e Igualdade Territorial: Uma Contradição em Termos?. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

_____. Introdução. In: _____. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 11-31.

_____. Quando as Instituições Federativas Fortalecem o Governo Central? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 95, p. 39-57, mar. 2013.

ARRETCHE, Marta; RODDEN, Jonathan. Política Distributiva na Federação: Estratégias Eleitorais, Barganhas Legislativas e Coalizões de Governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 549-576, 2004.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins; TRISTÃO, Virgínia Talaveira Valentini. Federalismo Fiscal, Clientelismo e Reforma Fiscal. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 8, 1. trim. 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 abr. 2018.

COSER, Ivo. Federal/Federalismo. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 79-101.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 Anos de Estado; 200 Anos de Administração Pública; 200 Anos de Reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p. 829-874, set./out. 2008.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. A Dinâmica Institucional da Cooperação Intergovernamental em Estados Federados: O Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada. In: SERAINE, Ana Beatriz dos Santos; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista; MIYAMOTO, Shiguenoli (Org.). **Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas**. Teresina: Universitária da UFPI, 2008. p. 185-221.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ABSHER-BELLON, Gabriel Luan. Imitação ou Coerção? Constituições Estaduais e Centralização Federativa no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 2, p. 321-344, mar./abr. 2018.
(DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170061>)

ELAZAR, Daniel J.. **Exploring Federalism**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1987.

FALLETI, Tulia G.. Efeitos da Descentralização nas Relações Intergovernamentais: O Brasil em Perspectiva Comparada. In: SOUZA, Celina; NETO, Paulo Fábio Dantas (Org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 21-54.

GIBSON, Edward; CALVO, Ernesto F.; FALLETI, Tulia G.. Federalismo Realocativo: Sobre-Representação Legislativa e Gastos Públicos no Hemisfério Ocidental. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 98-123, 2003.

GRIN, José Eduardo; ABRUCIO, Fernando. O Comitê de Articulação Federativa no Governo Lula: Os Percalços da Cooperação Territorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, p. 1-22, 2018. (DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/339703/2018>)

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **Os Artigos Federalistas**. 1. ed. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

HOBOLT, Sara; TILLEY, James; BANDUCCI, Susan. Clarity of Responsibility: How Government Cohesion Conditions Performance Voting. **European Journal of Political Research**, v. 52, n. 2, p. 164-187, 2013. (DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6765.2012.02072.x>)

ISMAEL, Ricardo. Hamilton, Madison e Jay: Os Pressupostos Teóricos do Federalismo Moderno. In: FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (Org.). **Curso de Ciência Política: Grandes Autores do Pensamento Político Moderno e Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 241-265.

KUGELMAS, Eduardo; SOLA, Lourdes. Recentralização/Descentralização: Dinâmica do Regime Federativo no Brasil dos Anos 90. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: Remédios Republicanos para Males Republicanos. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. v. 1. p. 243-287.

MACHADO, José Angelo. Federalismo e Políticas Sociais: Conexões a Partir da Teoria da Agência. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 1, p. 57-84, jan./mar. 2018. (DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i1.1295>)

MALUF, Sahid. Estado Federal. In: _____. **Teoria Geral do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 167-174.

MENDES, Marcos. Os Conflitos Federativos na Democracia Brasileira. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (Org.). **Finanças Públicas: Da Contabilidade Criativa ao Resgate da Credibilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. p. 285-304.

MONTORO FILHO, André Franco. Federalismo e Reforma Fiscal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 14, n. 3 (55), p. 20-30, jul.-set. 1994.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B.. Federalismo Fiscal. In: _____. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p. 531-578.

PETERSON, Paul E. **The Price of Federalism**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1995.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: Já Podemos Traduzi-la para o Português?. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009.

POWELL JR., G. Bingham; WHITTEN, Guy D.. A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. **American Journal of Political Science**, v. 37, n. 2, p. 391-414, May 1993.

REMMER, Karen L.; GÉLINEAU, François. Subnational Electoral Choice: Economic and Referendum Voting in Argentina, 1983-1999. **Comparative Political Studies**, v. 36, n. 7, p. 801-821, Sept. 2003. (DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414003255105>)

REZENDE, Fernando. Federalismo Fiscal no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 3 (59), p. 5-17, jul.-set. 1995.

_____. Brasil: Conflitos Federativos e Reforma Tributária. In: _____ (Coord.). **Desafios do Federalismo Fiscal**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. A Crise do Federalismo Brasileiro: Evidências, Causas e Consequências. In: _____ (Org.). **O Federalismo Brasileiro em seu Labirinto: Crise e Necessidade de Reformas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 13-65.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e Descentralização em Perspectiva Comparada: Sobre Significados e Medidas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 9-27, jun. 2005.

RODDEN, Jonathan; WIBBELS, Erik. Dual Accountability and the Nationalization of Party Competition: Evidence from Four Federations. **Party Politics**, v. 17, n. 5, p. 629-653, 2010. (DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068810376182>)

SEABRIGHT, Paul. Accountability and Decentralisation in Government: An Incomplete Contracts Model. **European Economic Review**, v. 40, n. 1, p. 61-89, 1996. (DOI: [https://doi.org/10.1016/0014-2921\(95\)00055-0](https://doi.org/10.1016/0014-2921(95)00055-0))

SILVA, Mauro Santos. Teoria do Federalismo Fiscal: Notas Sobre as Contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 117-137, jan.-abr. 2005.

SOARES, Márcia Miranda; NEIVA, Pedro Robson Pereira. Federalism and Public Resources in Brazil: Federal Discretionary Transfers to States. **Brazilian Political Science Review**, v. 5, n. 2, p. 94-116, 2011.

SOUZA, Celina. Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas no Brasil Pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005.

STEPAN, Alfred. Federalism and Democracy: Beyond the U.S. Model. In: KARMIS, Dimitrios; NORMAN, Wayne (Ed.). **Theories of Federalism: A Reader**. 1st ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 255-268.

TAVITS, Margit. Clarity of Responsibility and Corruption. **American Journal of Political Science**, v. 51, n. 1, p. 218-229, Jan. 2007.

TIEBOUT, Charles M.. A Pure Theory of Local Expenditures. **Journal of Political Economy**, v. 64, n. 5, p. 416-424, Oct. 1956.

TUSCHHOFF, Christian. The Compounding Effect: The Impact of Federalism on the Concept of Representation. **West European Politics**, v. 22, n. 2, p. 16-33, 1999. (DOI: <https://doi.org/10.1080/01402389908425300>)

VIEIRA, Fausto J. A.; ARVATE, Paulo Roberto. Eleições Municipais: Como Interagem os Prefeitos e as Outras Esferas de Governo para Alcançar Sucesso nas Urnas?. In: Encontro Nacional de Economia, 36., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211138360-.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2017.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: FEDERALISMO

Capítulo 1: Engenharia Constitucional e Anatomia do Estado

- 1.1. Formas de Estado
- 1.2. Caracterização do Estado Federativo
- 1.3. Não Concentração, Desconcentração e Descentralização
- 1.4. Federalismo na Constituição Federal de 1988
- 1.5. Entes da Federação no Brasil

Capítulo 2: Federalismo e Instituições no Brasil

- 1.6. Poderes Políticos Descentralizados
- 1.7. Órgãos Constitucionais Descentralizados
- 1.3. Descentralização e Representação
- 1.4. Cooperação, Competição e Clareza de Responsabilidade
- 1.5. Federalismo Partidário

Capítulo 3: Repartição de Competências no Federalismo Brasileiro

- 1.1. Competências exclusivas e privativas
- 1.2. Competências Administrativas e Legislativas
- 1.3. Competências da União
- 1.4. Competências dos Estados
- 1.5. Competências do Distrito Federal

1.6. Competências dos Municípios

UNIDADE 2: RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Capítulo 1: Relações Fiscais Intergovernamentais no Brasil

- 1.1. Impostos Federais, Estaduais e Municipais
- 1.2. Transferências Constitucionais e Legais entre Entes
- 1.3. Financiamento dos Poderes e Órgãos Constitucionais
- 1.4. Emendas Impositivas e Descentralização
- 1.5. Transferências Voluntárias e Instrumentos de Cooperação

Capítulo 2: Políticas Públicas no Ambiente Federativo do Brasil

- 1.1. Saúde
- 1.2. Educação
- 1.3. Assistência Social
- 1.4. Segurança
- 1.5. Saneamento Básico

Capítulo 3: Fragilidades, Fissuras e Tensões no Federalismo Brasileiro

- 1.1. Reforma Administrativa
- 1.2. Estabilidade Funcional
- 1.3. Controle Social e Estrutura Conselhistas
- 1.4. Transparência e Acesso à Informação
- 1.5. Capacidades Estatais